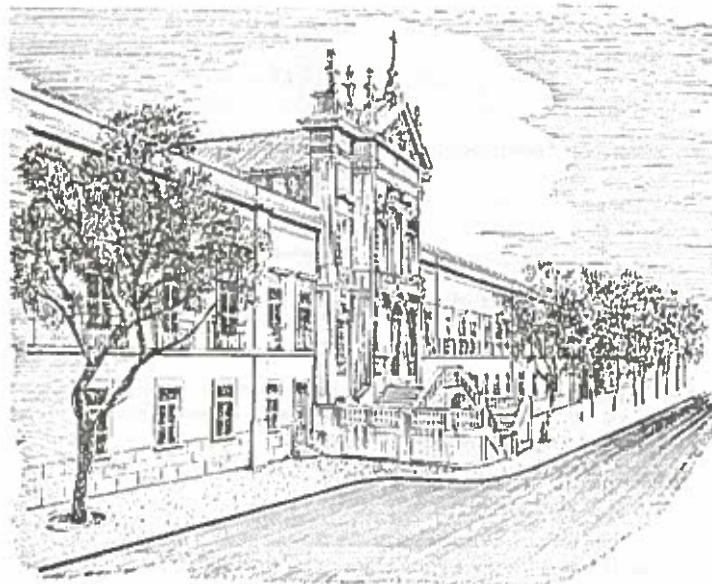


**50** Anos de  
**PATRONOS**  
da Escola do Exército e  
da Academia Militar  
1953-2003



Edição Comemorativa da Academia Militar

Lisboa, 2004

## Resumo Histórico da Academia Militar

João Vieira Borges  
Tenente-Coronel de Artilharia

A Academia Militar, como Estabelecimento Militar de Ensino Superior que forma actualmente os futuros oficiais do Exército e da GNR, é a legítima herdeira de um património que se estende muito para além da sua antecessora Escola do Exército.

As primeiras escolas militares de formação de oficiais apareceram na Europa no século XVI em resposta à evolução da arte da guerra e das importantes inovações tecnológicas no âmbito dos armamentos, o que levou, especialmente a engenharia militar e a artilharia, a um maior esforço na instrução e qualificação dos seus quadros.

Em Portugal, as primeiras escolas de oficiais remontam à «Escola de Vila Viçosa», criada no século XVI (provavelmente no ano de 1525) pelo 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I, e onde se ensinavam não só humanidades, mas também esgrima e equitação, “de grande vantagem para todos os mancebos que se destinassem à carreira das armas”. Alguns anos depois, em 1559, foi criada a “Aula do Cosmógrafo Mor”, sob os auspícios de Pedro Nunes, considerada antecessora da actual «Escola Naval».

Logo após a Restauração, e com a criação do novo Exército de Portugal, foi então atribuída particular atenção à área das fortificações. E assim, ao “cosmographo-mór do reino” Luiz Serrão Pimentel, autor do *Methodo lusitano de fortificar as praças* (Lisboa, 1680), foi cometido por el-rei D. João IV, em decreto de 13 de Maio de 1641, o ensino de artilharia e esquadria, numa das salas do Paço Real. Esta «Lição de Artilharia e Esquadria», constituiria a primeira escola oficial de ensino militar em Portugal e destinava-se ao ensino teórico e prático dos artilheiros ou bombardeiros da *Nómina*. O mesmo Serrão Pimentel viria a fundar, na Corte, a primeira «Aula de Fortificação e Architectura Militar», para que foi nomeado lente em 13 de Julho de 1647 (dia da arma de Engenharia), e que passaria posteriormente a designar-se por «Academia Militar da Corte» (em data indefinida), a qual viria a ser extinta a 5 de Agosto de 1779, depois de mais de um século de funcionamento ininterrupto. Nesta Academia, ensinava-se Matemática, Fortificação e Castrametação e os alunos ali formados saíam com a designação de *ajudantes com exercício de engenheiros* para a Arma de Infantaria.

Entretanto, a 20 de Julho de 1701 eram criadas, por D. Pedro II, outras academias de fortificação nas províncias, com destaque para a de Viana do Minho, em 1701, e para as de Elvas e Almeida, em 1732.

A 7 de Março de 1761 era criado o «Real Colégio dos Nobres», destinado a formar os oficiais de Infantaria e Cavalaria, enquanto a Academia Militar da Corte ficava com o encargo de formar os oficiais de Artilharia e Engenharia. Por carta de Lei de 5 de Agosto de 1779, D. Maria I criou a «Academia Real de Marinha» e extinguiu a Academia Militar da Corte. A Academia Real, que preparava oficiais para a Marinha e para o Exército (os dois primeiros anos dos estudos), manter-se-ia até 11 de Janeiro de 1837, altura em que lhe sucedeu a «Escola Politécnica», herdeira do edifício do Real Colégio dos Nobres, extinto a 4 de Janeiro do mesmo ano. No período compreendido entre 1779 (extinção da Academia Militar da Corte) e 1790 (criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho), o Real Colégio dos Nobres continuou a formar os oficiais de Infantaria e Cavalaria, inicialmente destinado aos filhos dos fidalgos, condição que deixaria de existir a partir de 1792.

Na sequência da constatação de algumas deficiências detectadas na formação dos seus artilheiros e engenheiros, D. Maria I criaria, por carta de lei de 2 de Janeiro de 1790, a «Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho» (ARFAD), cujos estatutos regulavam, já com assinalável pormenor, a estrutura, organização e funcionamento da vida académica. O ensino abrangia um período de três (Infantaria e Cavalaria) a quatro anos (Artilharia e Engenharia militar e civil) e exigia aos candidatos a oficial, como preparatórios, o 1.º (para Infantaria e Cavalaria) e o 2.º anos (para Artilharia e Engenharia) do curso de

matemática da Academia Real de Marinha. Os lentes da Academia Real eram equiparados em honras e vencimentos aos da Academia Real de Marinha e aos da Universidade de Coimbra. Entre 1790 e 1837 (em consequência das guerras, a Academia não funcionou de 1809 a 1811 e no ano lectivo de 1833-34), formaram-se na ARFAD, 462 alunos (dos 2736 inscritos!)<sup>1</sup>, sendo considerada pelo Prof. Doutor Montalvão Machado como “a primeira escola verdadeiramente científica, destinada ao ensino superior das matérias que interessam ao oficialato do exército português”.

Quarenta e sete anos depois, e num ambiente político e económico muito particular<sup>2</sup>, foi criada, pelo marquês de Sá da Bandeira<sup>3</sup>, a «Escola do Exército» (EE), por decreto de 12 de Janeiro de 1837. Entre as razões da criação da EE, está a necessidade da remodelação da ARFAD, quer pela insuficiente instrução preparatória da Academia Real de Marinha, quer pelo desfasamento do ensino relativamente ao que se passava no resto da Europa, com especial referência para Espanha, Inglaterra e França. O método de ensino (e as disciplinas análogas) era comparado ao da Escola Politécnica, tendo também os seus lentes iguais honras e categorias. Antes de ter ocupado as actuais instalações (Palácio da Bemposta) em 1851<sup>4</sup>, a EE ficou instalada no edifício do Colégio dos Nobres, ao Monte Olivete, no Pátio do Pimenta (depois de um incêndio em 1843), na Rua de Santo António dos Capuchos, e no Palácio dos Condes de Murça.

Depois de sucessivas reestruturações (EE entre 1837 e 1910, Escola de Guerra entre 1911 e 1919, Escola Militar entre 1919 e 1938 e novamente EE entre 1938 e 1959)<sup>5</sup> foi criada a «Academia Militar» pelo Decreto-Lei n.º 42151 de 12 de Fevereiro de 1959, tendo por objectivo “a preparação dos oficiais dos três ramos das forças armadas num único agrupamento de estabelecimentos de ensino”. A Escola do Exército passaria a utilizar as actuais instalações da Amadora a partir de 18 de Novembro de 1951, exactamente com o curso “Viriato”. É, então, salientado que “os cursos frequentados com aproveitamento passam a ser equiparados, para efeitos gerais, aos demais cursos superiores”. O próprio Decreto-Lei de criação da Academia Militar, refere no seu artigo 71.º, o dia 12 de Janeiro como “aniversário da fundação da Escola do Exército”, data importante para todos os filhos desta “Casa Mãe” dos Oficiais (do Exército, da GNR e, em alguns períodos, da Força Aérea e da Marinha) que aproveitam a oportunidade para reviverem velhos e bons tempos, tal como aconteceu no último 12 de Janeiro de 2004, em que se comemorou o 167.º aniversário da fundação da EE.

A AM formou, também, alunos da Força Aérea até 1982, e alunos civis dos cursos de engenharia civil, mecânica e electrónica, entre 1973 e 1980. Durante quatro anos lectivos, entre 1992 e 1996, foi também ministrado, no Destacamento da Amadora, o ano de Formação Geral Comum (1.º ano comum com os três ramos das Forças Armadas e GNR), em cumprimento do Despacho n.º 77/MDN de 1992.

Os primeiros alunos destinados à GNR foram admitidos no ano lectivo 1991/92 e as primeiras alunas no ano lectivo 1992/93.

A actual Academia Militar, confere o grau de licenciado a dezoito diferentes cursos de licenciatura (dos quais seis, são cursos de formação militar complementar de licenciaturas conferidas, na área da saúde, por outras escolas universitárias desde 1998/99)<sup>6</sup> que habilitam ao ingresso na categoria de oficiais dos quadros permanentes do Exército e da GNR. A Academia ministra ainda o curso vestibular de formação de oficiais das Forças Armadas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, destinado a alunos africanos lusófonos e que funciona, há cerca de 17 anos (já com mais de 300 alunos), como curso geral preparatório, de um ano lectivo, para as três academias e escolas militares dos ramos (alguns dos quais continuam a sua formação nos diferentes cursos de licenciatura da AM). No último ano lectivo 2002/03, teve lugar a primeira pós-graduação em “Guerra de Informação”, que em três trimestres reuniu alunos civis e militares, num processo de valorização da Academia como instituição universitária e simultaneamente como detentora de determinados saberes na área das ciências e tecnologias militares.

A História da EE e da AM lega-nos exemplos ímpares de um acompanhamento do que de melhor se fazia e faz na Europa e, simultaneamente, de um cuidado permanente na adaptação à especificidade nacional, factores facilmente traduzidos nas sucessivas gerações de líderes nacionais que, ao longo de mais de duzentos e treze anos, construíram o forte lastro histórico de que todos nos honramos. E, entre as suas tradições, encontramos os Patronos dos diferentes cursos, que desde 1953 constituem Tradição e factor de Coesão de sucessivas gerações de jovens oficiais marcados pelo ideal de servir Portugal.

Neste século XXI, caracterizado pela aparente contradição entre a fragmentação e a globalização, por uma série de questões que só podem ser tratadas numa base mundial, como a proliferação nuclear, o hiperterrorismo, o ambiente, a explosão demográfica e a interdependência económica, e por uma crescente intervenção das Forças Militares e de Segurança fora das fronteiras nacionais, como instrumento indispensável da política externa dos Estados, o desafio para a AM e para todos os actores do sistema de ensino superior militar em Portugal é indiscutivelmente aliciante.

Com um património de relevantes serviços prestados à Nação, a Academia Militar continua a “construir o futuro hoje”, tendo por referência a Espada e o Livro do seu Brasão de Armas, com novos currículos adaptados aos novos tempos, mas também cuidando das componentes ética, militar, física e comportamental, específicas da instituição militar e apanágio do “Ser Oficial” do século XXI.

#### Nótulas bibliográficas:

<sup>1</sup> José Ricardo da Costa Silva Antunes, *Apontamentos para a História da Escola do Exército*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1886, p. 226.

<sup>2</sup> Reforma do ensino implementada por Passos Manuel, que tinha como pressuposto base que o Estado não dispunha de meios financeiros que lhe permitissem suportar a generalização do ensino público, o que levou a aristocracia e a burguesia mais liberal, ligadas a Coimbra ou aos militares, a acordarem na liberdade de ensinar.

<sup>3</sup> Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira, foi aluno da ARFAD entre 1816 e 1818 e como Marechal de Campo foi nomeado director da EE em 8 de Agosto de 1851 e comandante desta, desde 1863 até à data do seu falecimento, em 6 de Janeiro de 1876.

<sup>4</sup> A cedência das instalações foi feita pelo Decreto Real de 9 de Dezembro de 1850.

<sup>5</sup> O Real Collegio Militar (actual Colégio Militar) entretanto fundado em 1802, por António Teixeira Rebello, e destinado inicialmente aos filhos dos oficiais do corpo de artilharia da Corte (a partir de 1814, altura em que se transferiu para a Luz, seria ampliada a admissão aos filhos de todos os oficiais do exército e da marinha) substituir-se-ia, até 1849, à ARFAD e à EE, nos cursos para oficial de Cavalaria ou Infantaria em algumas situações.

<sup>6</sup> Cursos de: Infantaria; Artilharia; Cavalaria; Engenharia Militar, na especialidade de Engenharia; Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Transmissões; Engenharia Electrotécnica Militar, na especialidade de Material; Engenharia Mecânica Militar, na especialidade de Material; Engenharia Geográfica (desde 2003/4); Administração Militar; Saúde Militar, na especialidade de Medicina (Exército e GNR), de Veterinária (Exército e GNR) de Farmácia e Medicina Dentária (Exército); GNR Armas (Infantaria e Cavalaria); GNR Administração.



Apresentação da Bandeira Nacional aos alunos da 3.ª Companhia e Compromisso do Código de Honra (Fevereiro de 1953), com revista pelo Exm.º Senhor General Correia Leal.